

O ESTRANHAMENTO, O EXCESSO E A FALTA NA CONSTRUÇÃO DE UM DISPOSITIVO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DISCURSIVA DA VOZ

EL EXTRAÑAMIENTO, EL EXCESO Y LA FALTA EN LA CONSTRUCCIÓN DE UN
DISPOSITIVO METODOLÓGICO PARA EL ANÁLISIS DISCURSIVO DE LA VOZ

THE STRANGENESS, EXCESS AND LACK IN THE CONSTRUCTION OF A METHODOLOGICAL
FRAMEWORK FOR VOICE DISCURSIVE ANALYSIS

Jael Sânera Sigales Gonçalves*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense | Universidade Católica de Pelotas

RESUMO: Considerando as noções de “falta”, “excesso” e “estranhamento”, em uma perspectiva materialista da Análise de Discurso, argumento que esses três elementos são constitutivos do processo de construção de um dispositivo metodológico em que a materialidade prosódica da voz seja tomada como significante. Apresento o processo de construção de um objeto discursivo de investigação do discurso do Ministro-relator do Supremo Tribunal Federal brasileiro durante o julgamento do “Mensalão”. Também exponho como, desde os primeiros gestos de leitura e escuta do arquivo, alcancei o “discurso reportado” como uma regularidade desse discurso, marcado pela presença do outro na linearidade linguística. Em conclusão, discuto as três inquietações constitutivas da construção do dispositivo: a transcrição das falas do Ministro; o estatuto dado ao “discurso relatado” na pesquisa; e a ponderação entre exaustividade horizontal e exaustividade vertical.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso. Materialidade prosódica. Estranhamento. Falta. Excesso.

RESUMEN: Considerando las nociones de “falta”, “exceso” y “extrañamiento”, en una perspectiva materialista del Análisis del Discurso, argumento que estos tres elementos son constitutivos del proceso de construcción de un dispositivo metodológico para que la materialidad prosódica de la voz sea significante. Yo presento el proceso de construcción de un objeto discursivo de investigación del discurso del Ministro-relator de la Corte Suprema Federal brasileña durante el juzgamiento del “Mensalão”. También expongo como, desde los primeros gestos de lectura y de escucha del archivo, alcancé el “discurso reportado” como una regularidad de este discurso, marcado por la presencia de un otro en la linealidad lingüística. En conclusión, discuto las tres inquietudes constitutivas de la construcción del dispositivo: la transcripción de los audios del Ministro; el estatuto dado al “discurso reportado” en la investigación; y la ponderación entre exhaustividad horizontal y exhaustividad vertical.

PALABRAS CLAVE: Análisis del Discurso. Materialidad prosódica. Extrañamiento. Falta. Exceso.

* Graduada (2008), Mestre (2011) e Doutoranda em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Graduada em Direito (2012) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. E-mail: jaelgoncalves@gmail.com.

ABSTRACT: Considering the notions of “lack”, “excess” and “strangeness”, from the perspective of materialist discourse analysis, I sustain that those three elements are constitutive of the construction process of a methodological framework that considers the prosodic materiality of the voice to be significant. I present the construction of a discursive object of research in which I intend to analyse the discourse of the Minister-Rapporteur during the trial of the “Mensalão” by the Brazilian Supreme Court. I also show how, from the first file reading and listening gestures, I end up with the “reported speech” as the regularity of that discourse, marked by the presence of another in the linguistic linearity. In conclusion, I discuss three concerns during the construction of the framework: the transcript of the speech of the Minister audios; the status given to the “reported speech” in the research; and the balance between horizontal exhaustiveness and vertical exhaustiveness.

KEYWORDS: Discourse analysis. Prosodic materiality. Strangeness. Lack. Excess.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto, apresento o processo de construção de um dispositivo metodológico-analítico para a consideração, na perspectiva materialista de discurso de Michel Pêcheux e seguidores, da voz como materialidade significativa de um discurso específico: o do Ministro-relator do “Mensalão” no julgamento do “caso” pelo Supremo Tribunal Federal.

Trata-se de um recorte de pesquisa inspirada por trabalhos de pesquisadores que consideram a voz como materialidade nos processos de constituição do sentido e do sujeito – especificamente, em textos de Pedro de Souza, Carlos Piovezani, Clóris Dorow e Luciana Vinhas. Pretendo expor o percurso faltoso, excessivo e estranho que caracteriza a construção do *corpus* discursivo e a análise de discurso da voz no estudo, considerando a aparente contradição fundante entre a Análise de Discurso e a ciência Fonética. Adianta-se, portanto, que este texto não apresenta gestos descritivos ou analíticos da materialidade; dedica-se aos aspectos metodológicos de leitura do arquivo em questão.

2 PRIMEIRO MOMENTO: ESTRANHAMENTO

Do *encontro*, o *estranhamento*: aquele 2007 já era meu terceiro ano na Graduação em Licenciatura em Letras na Universidade Católica de Pelotas (UCPel) quando tive a oportunidade de cursar a disciplina Linguística IV: Texto e Enunciação, ministrada pela esperada “Professora Aracy”. Impossível não ficar afetada pelo falar apaixonado e cuidadoso daquela professora e, ao mesmo tempo, impossível resistir aos *efeitos do estranhamento* incontornável para os ouvidos de quem, desde 2005, se iniciava na ciência linguística pelo lado “duro”, formal, da Fonologia.

Cursar a disciplina Texto e Discurso, já no Mestrado na mesma Universidade, foi consequência lógica da afetação pela incursão nos estudos jurídicos: estava ali a “interface” – é assim que os formalistas chamam – entre a Linguística e o Direito. Em 2012, ingressava no Doutorado em Letras da UCPel, sob orientação da Professora Aracy: ela aceitara co-orientar meu trabalho de tese *Sobre o(s) sentido(s) no/do Mensalão à luz da Análise de Discurso: contribuições da materialidade prosódica*¹². As angústias metodológicas, de construção do *corpus* discursivo e do dispositivo de análise prosódica-discursiva, que me acompanha(ram) durante a realização da pesquisa, não poderiam encontrar interlocutora mais adequada: a autora de um texto que trata justamente de três conceitos fundamentais para todo gesto de leitura materialista dos processos discursivos: *falta, excesso e estranhamento*.

Esse acontecimento a que me refiro e por que nos reunimos nesta publicação é o texto “A falta, o excesso e o estranhamento na constituição do *corpus* discursivo” (ERNST, 2009). Nesse trabalho, a pesquisadora trata *falta, excesso e estranhamento* como

¹ Tese de Doutorado co-orientada pelas Professoras Aracy Ernst e Carmen Lúcia Barreto Matzenauer.

² A prosódia pode ser estudada sob o ponto de vista fonológico e/ou sob o ponto de vista fonético. Sob o ponto de vista fonológico, parte-se da consideração de que a prosódia é um subcomponente do componente fonológico da língua e de que existem constituintes prosódicos na cadeia falada em relação de dominância, desde a sílaba fonológica ao enunciado fonológico. A abordagem da prosódia sob o ponto de vista fonético, que é mais do interesse da pesquisa, por outro lado, preocupa-se com os aspectos físico-perceptuais dos suprassegmentos da língua, estudando sua entoação e/ou ritmo e partindo das três propriedades fundamentais da fala enquanto onda sonora (som): frequência fundamental, intensidade e duração.

noções capazes de servir ao analista de discurso como dispositivos operatórios no movimento pendular de descrição e interpretação do *corpus*. Aliás, é justamente devido a esse pêndulo do gesto teórico-analítico que Ernst (2009) revela a natureza bidimensional da tríade nocional que mobiliza: bidimensional porque há de se considerar os conceitos de *falta*, *excesso* e *estranhamento* na relação com o *intradiscurso* e com o *interdiscurso*.

O Quadro 1, a seguir, apresenta, de forma redutora e reduzida, a explicitação trazida pelas palavras da autora.

Noção/Dimensão	Dimensão intradiscursiva	Dimensão interdiscursiva
Falta	Omissão de palavras, expressões e/ou orações	Ocultação de elementos do interdiscurso
Excesso	Incisas, intensificadores, repetição de palavras ou expressões e orações	Reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos
Estranhamento	Quebra da ordem sintática e/ou semântica; desordem no enunciado	Conflito entre formações discursivas

Quadro 1: Quadro nocional da proposta de Ernst (2009) sobre falta, excesso e estranhamento

Fonte: Ernst (2009)

A preocupação de Ernst (2009) com o modo de entrada do analista de discurso no arquivo, com a “escolha” dos enunciados que adquirirão o *status* de sequência discursiva no *corpus* discursivo, resumida no Quadro 1, responde ao comprometimento da autora com as inquietações que constituem a Análise de Discurso à qual se filia. Quando, ainda sob o pseudônimo Thomas Herbert, Pêcheux (2011) refletia sobre a situação teórica das ciências sociais, o que lhe movia era justamente o interesse por epistemologia e pelo papel dos instrumentos nas práticas sociais, entre as quais estão práticas teóricas, técnicas e científicas. É esse Pêcheux devoto das maquinarias e crítico à análise de conteúdo que propõe a Análise Automática do Discurso (AAD69).

A análise linguística, à época da AAD69, segundo o próprio Pêcheux (2010, p. 308-309), era *pré-requisito* para a análise discursiva: era uma “uma operação autônoma, efetúvel exaustivamente e de uma vez por todas” que supunha a “neutralidade e a independência discursiva da sintaxe” e era “opaca em relação à enunciação”. A maquinaria da análise automática do discurso buscava detectar pontos de identidade e de unidades em discursos empíricos diferentes: trata-se, aqui, do primado do *mesmo* sobre o *outro*.

É esse estatuto da alteridade implicado por essa “máquina estrutural fechada” que recebe novos ares ao longo do desenvolvimento da teoria materialista dos processos discursivos. No lugar da análise de discurso por etapas – primeiro, a análise linguística; depois, a análise discursiva – há a análise “linguístico-discursiva” que

[...] supõe a reinscrição dos traços destas análises parciais no próprio interior do campo discursivo analisado enquanto *corpus*, acarretando uma configuração desse campo, aberto simultaneamente a uma nova fase de análise linguístico-discursiva: a produção “em espiral” destas reconfigurações do *corpus* vem *escandir* o processo, produzindo uma sucessão de *interpretação* do campo analisado (PÊCHEUX, 2010, p. 312, grifos do autor).

A Análise de Discurso se constitui, assim, uma *disciplina de interpretação*, e o outro, de natureza residual na AAD69, tem *status* constitutivo do discurso, de modo que a “[...] descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência” (PÊCHEUX, 2008, p. 55).

Chego ao ponto em que, pelas mãos de uma orientação *precisa*³, encontro o trabalho de Jacqueline Authier-Revuz, como espero esclarecer ao longo do presente texto.

³ “Terás que ir fundo em Authier” (ERNST, 2012, notas de orientação).

3 SEGUNDO MOMENTO: EXCESSO

Este artigo é fruto, então, dos inúmeros exercícios de leitura do arquivo durante a realização da pesquisa de Doutorado. O estudo pretendeu analisar, considerando a materialidade prosódica como significativa, o discurso do Ministro-relator no julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da Ação Penal 470, esta conhecida como referente ao “Caso Mensalão”. O “Caso Mensalão” diz respeito ao suposto esquema de corrupção que consistiria na compra, pelo governo federal do Brasil, de apoio político de parlamentares, a partir da vitória na campanha presidencial de 2002.

O julgamento do “Mensalão” ocupou cinco meses dos trabalhos da Corte – de agosto a dezembro de 2012. A exaustão dos trabalhos do Tribunal constituiu o trabalho de pesquisa, razão por que o estudo está dividido em três “Momentos”, que acompanham o desenvolvimento/amadurecimento teórico-metodológico da pesquisa(dora) na relação com o objeto.

Após um Primeiro Momento em que se tratou da hipótese de ser o “Caso Mensalão” um *acontecimento discursivo*, no Segundo Momento, teve início o movimento de descrição e análise linguística, que começou pela transcrição do julgamento. Para iniciar tal transcrição, foi necessário acesso ao áudio do julgamento do “Mensalão” e esse acesso foi possível porque, ineditamente nas democracias do mundo, o Supremo Tribunal Federal brasileiro tem um canal no YouTube que disponibiliza, entre outros conteúdos, os vídeos das sessões de julgamento no Plenário da Corte.

Minha tarefa foi a de fazer o *download* dos vídeos, através do *software V Downloader* e, em seguida, a conversão dos vídeos⁴ para áudio. Inicialmente, o exercício de transcrição consistiu simplesmente na criação de um arquivo em que foram digitadas todas as falas produzidas na Corte, durante o julgamento. O contato com a materialidade linguística fez a minha atenção ser captada por alguma regularidade naquela imensidão de mais de 170 horas de áudio: era *excessiva* – para não dizer “frequente” – *a presença do outro marcado nos dizeres do Ministro-relator*.

Minha *primeira escuta* do arquivo foi captada por essa impressão. Naquilo que chamei de “estudo piloto 1”, estudei, fonético-prosodicamente, a relação entre produção e percepção de enunciados em um domínio enunciativo que, *naquele momento*, era chamado de “Discurso Relatado”. Considerando a oposição gramatical entre Discurso Direto (DD) e Discurso Indireto (DI), foi interesse desse primeiro gesto de descrição verificar, na fala do Ministro-relator no julgamento do “Mensalão”, (i) se havia diferença acústica entre enunciados de Discurso Direto e enunciados de Discurso Indireto e (ii) se falantes nativos de Português Brasileiro (PB) seriam capazes de identificar se o enunciado era de “autoria do próprio falante” ou se era “repetição, pelo falante, do que outra pessoa disse”. A análise fonético-prosódica⁵, seguida de tratamento estatístico, de 27 enunciados – 9 enunciados de DD, 9 enunciados de DI e 9 enunciados “sem DD ou DI” – permitiu responder negativamente a (i) e positivamente a (ii).

Motivada pelo resultado positivo, que apontou a capacidade de os falantes do PB identificarem enunciados com “discurso relatado”, segui a investigação com o “estudo piloto 2”. Enquanto que, no “estudo piloto 1”, os enunciados que constituíram o *corpus linguístico* foram aleatoriamente escolhidos no período compreendido por todo o julgamento – 02 de agosto de 2012 a 17 de dezembro de 2012 –, na segunda *escuta do arquivo*, alguns refinamentos no dispositivo metodológico foram necessários.

⁴ Realizada através do site <<http://www.youtube-mp3.org/pt>>.

⁵ Os parâmetros acústicos que me interessavam nesse “estudo piloto 1” dizem respeito à Qualidade de Voz. Foram extraídas medidas de jitter, shimmer, HNR e inclinação espectral. Jitter e shimmer estão relacionados a perturbações no sinal acústico: jitter a irregularidades na periodicidade – por isso relação com frequência fundamental, inverso do período de uma onda sonora; e shimmer relacionado a irregularidades na amplitude dos pulsos glotais. A HNR é uma razão que mede o quanto que aperiodicidades afetam o sinal periódico, e é medida em dB. Também medida em dB, a inclinação espectral, por sua vez, permite verificar o declínio na concentração de energia em baixas e altas frequências em espectros de longo termo. Os softwares PRAAT (BOERSMA; WEENINK, 2005) e Audacity foram utilizados para as análises acústicas – extração manual dos valores dos parâmetros –, e, para as análises estatísticas, foram utilizados o SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), o Rstudio e o Excel.

Permanecera o interesse pelo “discurso relatado”, e foi esse “interesse do analista” que guiou o importante recorte que se seguia. Tratar-se-ia do discurso do Ministro-relator nos *momentos* do julgamento que antecederem o início do julgamento do mérito da Ação Penal, ou seja, *que antecederem a decisão, pela Corte, quanto à culpabilidade ou inocência dos réus.*

As seguintes etapas do julgamento foram cobertas por esse primeiro recorte: Questões de ordem; Relatório; Sustentações Oraís; e Preliminares. O recorte contemplou, exatamente, o período de 02 de agosto de 2012 a 16 de agosto de 2012. A partir daí, uma vez que era meu compromisso a análise discursiva do discurso do Ministro-relator considerando a materialidade prosódica, dei continuidade aos procedimentos de transcrição da voz desse Ministro durante o período compreendido pelo primeiro recorte.

Nessa tarefa de transcrição, *aconteceu* um outro *encontro* constitutivo dos recortes que se realizariam. É que, através de pesquisa eletrônica sobre a Ação Penal 470 (BRASIL, 2012), na página oficial do STF, obtive acesso ao Acórdão da referida Ação. O art. 93 do Regimento Interno da Corte prevê que “[...] as conclusões do Plenário e das Turmas, em suas decisões, constarão de acórdão⁶, do qual fará parte a transcrição do áudio do julgamento.” (BRASIL, 2016). Assim, obtive acesso ao julgamento na sua versão falada e na sua versão escrita. A tarefa de transcrição estaria, então, suprimida, uma vez que o próprio STF já a disponibilizaria.

Acontece que um gesto de *leitura* (do Acórdão) e de *escuta* (do julgamento) me permitiu perceber que havia *discrepâncias* entre *um* e *outro*. *Na leitura do Acórdão*, li dois tipos de inscrições: o texto que houvera sido preparado para ser lido pelos Ministros e a “transcrição” do que teria sido dito no Plenário incidentalmente em relação aos objetos tratados pela Corte. *Na escuta do julgamento*, *escutei* dois tipos de fala: a da leitura, pelos Ministros, daquilo que houvera sido preparado para ser lido e a das manifestações “espontâneas” dos atores do julgamento, estes entendidos como os Ministros (juízes), o membro do Ministério Público Federal (acusação) e os advogados representantes dos réus (defesa).

Nessas condições, minha tarefa de “transcrever” recebeu o *status* de “transcrever-comparar”, de modo que sua notação permitisse ao leitor conhecer *o que* estava escrito e preparado para ser lido (X), *como* foi lido (Y) e a comparação entre o Acórdão e o Julgamento (XY). No Exemplo 1, segue enunciado transcrito-comparado tendo em vista a relação que se estabelece entre X e Y: **em negrito**, está o que fora dito pelo Ministro-relator (Y) e não estava em (X), ou seja, o que o Ministro falou sem que houvesse previsão de leitura; **em negrito e tachado**, está aquilo que estava preparado e que, no entanto, não foi lido pelo Ministro-relator.

Exemplo 1

Nada mais distante, **senhor Presidente**, do comportamento por mim adotado nesta Corte em mais de nove anos de jurisdição, **e da** e nada mais contrastante com a vontade do legislador constituinte ~~de 1988~~ **que quis que o processo se fizesse às luzes do dia e não em conchavos de bastidores ou entre círculo, resid... é... pequenos círculos de insiders.**

Essa *transcrição-comparação* foi realizada para toda emissão de voz do Ministro-relator durante o período compreendido pelo “estudo piloto 2”: de 02 de agosto de 2012 a 16 de agosto de 2012, o que contempla, como já referi, as Questões de Ordem, o Relatório, as Sustentações Oraís e as Preliminares.

Para o “estudo piloto 2”, porém, essas discrepâncias não serviram senão de cuidado metodológico. Desse modo, em que pese o in(d)ício de um exercício de *leitura-escuta do arquivo*, nesse segundo gesto de descrição, a preocupação ainda recaía (mais) sobre o

⁶No “Glossário Jurídico” disponível no site do STF (2016), esta é a “descrição do verbete” “acórdão”: “Decisão colegiada do tribunal. O advogado só pode entrar com recurso depois de o acórdão ser publicado no Diário da Justiça da União.

que a materialidade prosódica poderia dizer do discurso do Ministro-relator do julgamento do “Mensalão”. Preservando do “estudo piloto 1” o interesse pelo “discurso relatado”, procedi a outras análises acústicas, desta vez, com alguma atenção a aspectos enunciativos que me pareciam interessantes se consideradas as condições de produção daquele discurso.

Foram analisados 93 enunciados, classificados segundo os seguintes aspectos: (1) presença ou não de Discurso Relatado; (2) tipo de Discurso Relatado; (3) posição do locutor do enunciado e no processo; (4) estilo, se lido ou falado ou misto; (5) objeto processual da fala; (6) objeto do julgamento das preliminares; e (7) tema de direito tratado, se tema processual (PC) ou material (CR), este entendido como concernente às condutas supostamente criminosas dos agentes.

No que diz respeito à classificação em (1), o enunciado poderia assumir a classe de DR (presença de Discurso Relatado) ou NDR (ausência de Discurso Relatado). Sobre (2), o enunciado poderia assumir a classe de Discurso Direto (DD), Discurso Indireto (DI) ou Não se aplica (NSADR), quando for o caso de NDR. Quanto ao aspecto em (3), o enunciado poderia assumir a classe Acusação (AC), Defesa (DF), Tribunal (TR) ou NSADR. Em (4), cada enunciado poderia ser classificado em Lido (L), Falado (V) ou Misto (M). O enunciado foi considerado “Misto” quando continha, além da leitura, algum trecho de fala espontânea produzida pelo Ministro-relator no momento da leitura, como no Exemplo 1.

Quanto ao objeto processual da fala (5), houve enunciados proferidos durante o julgamento das Preliminares⁷ do processo (Pre) e enunciados proferidos durante o Relatório dos trabalhos (Rel). Quanto ao objeto do julgamento das preliminares (6), houve enunciados sobre o Desmembramento do feito (DM), sobre a Suspeição do Ministro-relator (SP) e aqueles aos quais essa distinção não se aplicou (NSAPre), caso dos enunciados classificados como Rel. Por fim, no que diz respeito à classificação quanto ao tema de direito tratado, houve enunciados com tema processual (PC) e enunciados com tema material (CR), este entendido como relacionado às condutas supostamente criminosas dos agentes, enquanto o primeiro se refere às discussões aventadas pela defesa sobre aspectos processuais da Ação Penal.

A análise fonético-prosódica⁸ e o tratamento estatístico dos 93 enunciados analisados no “estudo piloto 2” permitiram alcançar um resultado interessante: houve diferença prosódica significativa entre os enunciados a depender do valor assumido pela variável (3), “locutor do enunciado relatado”. Os enunciados cujo locutor do ato de enunciação relatado era a acusação tinham medidas fonético-prosódicas diferentes dos enunciados cujo locutor do ato de enunciação relatado era a defesa.

Esse resultado do “estudo piloto 2”, a exemplo do resultado do “estudo piloto 1”, deu indícios de que a análise fonético-prosódica do discurso relatado era um terreno fértil para a análise do discurso do Ministro-relator do “Mensalão”. Era necessário, porém, lidar com a *precariedade* do que estava feito até então. “Algo não ia bem”⁹ e inquietava sobre (i) o estatuto que se dava ao “discurso relatado” no estudo, sobre (ii) a exaustividade horizontal e vertical da análise e, ainda, sobre (iii) a relação entre os textos escrito-para-ser-lido (X) e lido-para-ser-transcrito (Y), na transcrição-comparação (XY) que havia sido realizada ao longo dos Primeiro e Segundo Momentos da pesquisa. Dessas inquietações ocupou-se o Terceiro Momento do trabalho.

4 TERCEIRO MOMENTO: FALTA

⁷ Foram considerados enunciados das “Preliminares” também aqueles proferidos pelo Ministro-relator em sede de votação quanto à questão de ordem levantada por um dos advogados de defesa, quanto ao desmembramento do Processo. Tal decisão foi tomada em vista de tal Questão de Ordem versar sobre a mesma matéria de uma das Preliminares arguidas pela defesa. Inclusive, no momento de votação sobre essa preliminar, esta foi “ultrapassada” pelo Ministro-relator, que a considerou já discutida e votada pela Corte como Questão de Ordem.

⁸ Os parâmetros acústicos que me interessavam nesse “estudo-piloto 2” estão relacionados às medidas de Frequência Fundamental (f_0) e intensidade: média, mediana e desvio padrão de f_0 , intensidade, ênfase espectral e inclinação espectral. Os valores de tais parâmetros foram obtidos pelo uso de um algoritmo no *software* Praat que extrai automaticamente medidas acústicas (SIGALES-GONÇALVES, 2014, adaptado de BARBOSA, 2014).

⁹ Para usar as palavras de Pêcheux no Anexo 3 de Semântica e Discurso (PÊCHEUX, 2009, p. 269).

O que precisa ser imediatamente lembrado sobre essas inquietações constitutivas do Terceiro Momento da pesquisa é que elas são *simultaneamente constitutivas* da construção-reconstrução do dispositivo analítico-metodológico, o que significa lembrar que a reflexão sobre elas se deu de modo *pendular e implicado*. A preocupação com o estatuto dado pelo estudo ao “Discurso Relatado” *coincidiu* com o *encontro* teórico e empírico com o trabalho de Jacqueline Authier-Revuz; fundamentalmente, com as ideias sistematizadas em “A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo” (AUTHIER-REVUZ, 2004).

Authier-Revuz iniciou seus estudos na linguística sob a influência do estruturalismo saussuriano, praticando, entre os anos 1968 e 1980, “*une linguistique du système, distributionnelle, générativiste, appliquée à des faits de voix, d’aspect en français*” (AUTHIER-REVUZ, 2001, p. 1). Depois de se preocupar com a descrição gramatical do “Discurso Relatado”, o interesse da pesquisadora recaiu sobre o funcionamento das aspas.

“Diga-me como aspeias”: assim disse Authier-Revuz diante de Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine, Paul Henry e Catherine Fuchs (e diante de outros) no colóquio *Materialidades Discursivas* de 1980, quando apresentou seu texto “Palavras mantidas a distância”¹⁰. Fortemente influenciada pelo trabalho de Josette Rey-Debove, Authier-Revuz (2004) propõe-se o estudo das “aspas de conotação autonímica”, que apresentam uma estrutura complexa em que aparece a conotação (uso) e a autonímia (menção). Nesse sentido, defende a autora, as aspas de conotação autonímica indicam “palavras mantidas a distância”. Uma importante observação que Authier-Revuz fez sobre as aspas de conotação autonímica, “sem poder entrar em detalhes”, foi a seguinte: “[...] às aspas de conotação autonímica, o oral faz obrigatoriamente corresponder uma entonação diferenciada, o que não ocorre com as aspas de autonímia; e que as formas verbalizadas do tipo “entre aspas, com aspas, etc.” são reservadas à conotação autonímica” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 218).

Essas marcas – tipográficas, entoativas, lexicais – representam, para Authier-Revuz, uma “*imperfeição constitutiva*”, com todas as aspas que a palavra “imperfeição” pode receber porque, justamente, implica a possibilidade de um discurso perfeito, com todas as palavras apropriadas para terem a responsabilidade assumida pelo locutor e serem “assumidas sem distância”. Ao contrário de uma simples “imperfeição”, então, as aspas de conotação autonímica “marcam o *encontro com um discurso-outro*”; realizam-se em uma “*zona de interação, de imbricação, de invasão*”, representando, no discurso, “o eco” do “encontro com o seu exterior” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 229). A autora reconhece que o uso das aspas representa a existência de bordas entre um exterior e um interior do discurso. Há, segundo ela, então, “dois absolutos”: de “*uma fala ‘sem borda’*” a “*uma fala ‘recoberta por suas bordas’*” (p. 230).

Uma fala recoberta por bordas, isto é, uma fala “invasida” por aspas, em que as aspas são *excesso*, tem um locutor “despossuído de palavras”. Essa invasão retira a evidência de adequação das palavras, instaura um locutor “perdido” entre o que é seu e o que é do exterior e, conseqüentemente e, de tão aspeada, de tão “mantida a distância”, deixa o locutor sem palavras. Por outro lado, em uma fala em que as aspas *faltam*, ou seja, em uma fala sem borda, é como se não houvesse um exterior: é fala que “não conhece realidade que não seja ela mesma” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 229).

Essas ideias apresentadas por Jacqueline Authier-Revuz no colóquio sobre materialidades discursivas foram semente para que o *encontro do discurso com um discurso-outro* implicado pelas aspas fosse tratado em termos de *heterogeneidade*. Assim, em trabalho (quase) contemporâneo àquele e intitulado “*Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso*”, Authier-Revuz (2004) trata as aspas – assim como o discurso direto, o discurso indireto, o itálico, as glosas – como uma forma explícita, mostrada, de heterogeneidade; de inscrição, no fio do discurso, do outro. Ocorre que, se

¹⁰ “*Paroles ténues à distance*” foi publicado em 1981 na França, e sua tradução para o Português, sob o título “Palavras mantidas a distância”, foi apresentada em 2004 em “Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido”, obra que reuniu vários trabalhos realizados por Jacqueline Authier-Revuz no período compreendido entre 1981 e 1996.

existem formas mostradas de heterogeneidade, existe, também, a heterogeneidade que *constitui* todo discurso, a heterogeneidade que é *constitutiva*. Para sustentá-la, Authier-Revuz faz a linguística estabelecer relações extraconjugais: de um lado, considera, influenciada pelas leituras de Bakhtin e Pêcheux, os trabalhos para os quais o enunciado é produto do interdiscurso; de outro lado, sob a influência das leituras de Lacan, considera ser o sujeito dividido-descentrado, nem fonte nem dono do que enuncia.

Chega-se, assim, a uma das inquietações que determinaram o Terceiro Momento do trabalho de tese: o estatuto dado ao discurso relatado. Em “A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo”, Authier-Revuz (2004) explica o porquê da sua preferência por chamar aquilo que estudara como “discurso citado”, agora, como “representação do discurso outro”. A teorização da autora sobre a Representação do Discurso Outro (RDA¹¹) está espraiada ao longo de sua obra desde seus textos iniciais sobre o discurso relatado e as aspas, mas adquire sistematização nesse texto de 2004 e em “*La représentation du discours autre - principes pour une description*” (no prelo).

A partir da discussão sobre o estatuto semiótico, o estatuto semântico e a ancoragem enunciativa da representação, Authier-Revuz propõe que a Representação do Discurso Outro se situe em uma destas cinco zonas: Discurso Direto; Discurso Indireto; Modalização da Asserção com Segunda (MAS); Modalização Autônoma de Empréstimo (MAE); e Bivocal (Discurso Indireto Livre). Então, diante dessa abordagem mais abrangente no campo da metadiscursividade, no Terceiro Momento da pesquisa, no lugar de tratar os enunciados em termos de discurso direto ou discurso indireto, tratou-se de mapeá-los nas zonas da RDA.

Esse acerto no quadro teórico-metodológico foi acompanhado de outros dois, no caminho da definição do objeto discursivo considerando a construção de um dispositivo metodológico que considere a voz como materialidade simbólica. Esses dois outros acertos, como já adiantado, dizem respeito à invisibilidade que os Momentos anteriores conferiram às discrepâncias entre escrito-a-ser-lido (X) e lido-a-ser-transcrito (Y) evidentes a partir da transcrição-comparação e à disputa entre exaustividade horizontal e exaustividade vertical que o trabalho implica.

Não há leitura inocente, ensina Althusser (ALTHUSSER, 1979). “Além das características linguísticas dos *corpora*, o pesquisador tem de tomar decisões sobre o tamanho do *corpus* necessário para a investigação que pretende fazer” (BARBOSA; MADUREIRA, 2015, p. 215). “Não se objetiva nessa forma de análise [na Análise de Discurso] a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico” (ORLANDI, 2007, p. 62). São esses enunciados, vindos de lugares distintos do interdiscurso que constitui diferentes discursividades das práticas científicas na Linguística, que atravessam a pesquisa.

Então, dados os muitos recortes operados no imenso arquivo, encerra-se o objeto discursivo: a Representação do Discurso Outro no discurso do Ministro-relator do “Mensalão” na relação (XY) entre o escrito-a-ser-lido (X) e o lido-a-ser-transcrito (Y), na leitura, pelo Ministro, durante o julgamento, do Relatório da Ação Penal. Das quatro partes em que se divide o Relatório – Denúncia, Acórdão de Recebimento da Denúncia, Instrução Probatória e Conclusão – a análise concentra-se no “Relatório-Denúncia” e no “Relatório-Instrução Probatória”, partes nas quais o Ministro-relator relata o que disse o Procurador-Geral da República, na denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal, e o que disseram os réus e seus advogados representantes, durante a instrução probatória, respectivamente.

Operado esse recorte teórico-metodológico, chega-se aos 37 enunciados em que se verificou a existência de Representação do Discurso Outro. Esses enunciados, então, foram descritos enunciativa e foneticamente em algumas etapas que acompanham os seguintes objetivos descritivos principais: identificar as formas de RDA e caracterizar fonético-prosodicamente as regularidades verificadas nesse exercício de identificação. Desta vez, a caracterização fonético-prosódica teve preocupação com parâmetros relacionados à qualidade vocal e à frequência fundamental e à intensidade, a exemplo dos estudos pilotos 1 e 2.

¹¹ Do Francês “*Représentation du Discours Autre*”, daí a sigla “RDA”, que será a adotada neste texto.

Dessa descrição, chega-se aos enunciados que são apresentados como Sequências Discursivas de Referência (SDR) (COURTINE, 2009, p. 109-110) dos processos discursivos que se inscrevem nos dizeres do Ministro-relator do “Mensalão” e que constituem, portanto, o *corpus* discursivo para a análise discursiva a que se propõe a pesquisa.

O Quadro 2, a seguir, resume os três Momentos do trabalho e o lugar ocupado pela descrição fonético-prosódica na construção do dispositivo metodológico do estudo.

Momento da pesquisa		Número de enunciados analisados	Parâmetros fonético-acústicos considerados	Instrumento de mensuração dos valores fonético-acústicos	Análise Estatística	Análise Discursiva
Primeiro Momento		Não foi realizada análise fonético-prosódica				
Segundo Momento	Estudo piloto 1	27	Qualidade vocal: <i>jitter</i> , <i>shimmer</i> , HNR e Inclinação Espectral	Manual, no <i>software</i> PRAAT	Realizada	Não realizada
	Estudo piloto 2	93	Frequência Fundamental, Intensidade, Inclinação Espectral e Ênfase Espectral	Automático (<i>scripts</i>), no <i>software</i> PRAAT	Realizada	Não realizada
Terceiro Momento		37	Qualidade vocal; Frequência Fundamental; Intensidade; Inclinação Espectral; Ênfase Espectral; Ritmo	Manual e automático, no <i>software</i> PRAAT	Realizada	Realizada

Quadro 2: Esquema dos aspectos metodológicos para a descrição fonético-prosódica e análise da materialidade sonora no discurso do Ministro-relator do “Mensalão”: três Momentos

Fonte: produzido pela autora

Esse Quadro evidencia as particularidades do processo de construção do *corpus* para a análise discursiva que a pesquisa pretendeu. Tais aspectos particulares são discutidos na sequência.

5 CONCLUSÃO: FALTA, EXCESSO E ESTRANHAMENTO NA CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DISCURSIVO

Exposto o percurso entre os três Momentos que compuseram o estudo, para concluir, proponho uma releitura do Quadro 1, apresentado no Primeiro Momento deste texto. Naquela oportunidade, o Quadro resumiu a teorização de Ernst (2009) sobre as contribuições teóricas e analíticas das noções de falta, excesso e estranhamento para a prática científica em Análise de Discurso materialista.

Nesse sentido, após o exercício de pesquisa que teve as etapas descritas neste texto, considero que *falta*, *excesso* e *estranhamento* são estratégias, operações e valores coexistentes e constitutivos da prática de construção de um dispositivo metodológico para a análise discursiva que considere a voz – o som, portanto, neste caso – como materialidade significante. O tratamento dado à materialidade sonora, na pesquisa descrita, implica compromisso-comprometimento com pressupostos técnicos básicos da ciência fonética, que atravessa o fazer científico. Considerando o efeito-leitor, imaginário, do analista de discurso, misturam-se, em um trabalho dessa natureza, a impressão de que *falta* e de que há *excessos*, em um *estranhamento* inegável.

falta de análise discursiva e o *excesso* numérico de enunciados descritos foneticamente falam em alta intensidade sobre a disputa fundante entre exaustividade vertical, de um lado, e exaustividade horizontal, de outro. Trata-se de um ponto que coloca em relação de contradição a pesquisa em Análise de Discurso e a pesquisa em Fonética, como se fossem duas posições ideológicas em oposição na prática ideológica da pesquisa em Linguística. Aquilo que a formação discursiva do foneticista valoriza – a quantidade de enunciados, a exaustividade horizontal – é interdito ao analista de discurso.

Esse *efeito de estranhamento* é resumidamente representado no Quadro 3:

Estranhamento	Falta	Exaustividade Vertical	Efeito do interdiscurso no intradiscurso
	Excesso	Exaustividade Horizontal	Excesso de enunciados

Quadro 3: *Falta, excesso e estranhamento* na construção de dispositivo metodológico para análise na voz no “Caso Mensalão”

Fonte: produzido pela autora

Assim, diferentemente do Quadro 1, o Quadro 3 é desenhado em linhas tracejadas¹² para representar que, no caso da construção do dispositivo metodológico de que se tratou neste recorte, *falta, excesso e estranhamento* estão necessariamente em relação de conjunção e não de disjunção na relação tensa e contraditória entre o fazer na ciência fonética e o fazer na Análise de Discurso. O traçado das linhas representa que essas três noções “compartilham estrato”, no sentido de serem constitutivas umas das outras, na prática teórica e científica de analisar o discurso pela/na voz e posicionam a presente prática como ideológica na pesquisa em discurso.

Então, além de oferecer ao analista de discurso contribuição procedimental para a entrada no arquivo, para a constituição do seu *corpus discursivo*, a proposta de Ernst (2009) fornece, também, subsídios para que o pesquisador tenha uma postura reflexiva em relação à sua prática. Para concluir, considerando a dimensão bidimensional da proposta, ou seja, que *falta, excesso e estranhamento* tenham dimensão intradiscursiva e dimensão interdiscursiva e digam sobre a relação entre processos discursivos e base linguística, é de se refletir, também, se o que *falta*, o que *excede* e, nessa *falta-excesso*, o que é *estranho* no fio do dispositivo metodológico não seria, então, efeito das condições de produção específicas do exercício de pesquisa que este texto pretendeu apresentar.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. De “O Capital” à filosofia de Marx. In: ALTHUSSER, L.; RANCIÈRE, J.; MACHEREY, P. *Ler o Capital*. Volume 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-74.

AUTHIER-REVUZ, J. Palavras mantidas a distância. Tradução de Heloísa Monteiro Rosário. In: AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 217-237.

_____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. Tradução de Alda Scher e Elsa Maria Nitsche Ortiz. In: AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 11-80.

¹² Tomo emprestada representação de formalização realizada em alguns trabalhos na área da Teoria da Otimidade (TO) (PRINCE; SMOLENSKY, 1993), especialmente aqueles que tratam de aquisição fonológica e variação.

AUTHIER-REVUZ. La représentation du discours autre: un champ multiplement hétérogène. In: LOPEZ MUNOZ, J. M.; MARNETTE, S; ROSIER, L. *Le discours rapporté dans tous ses états*. Paris: L'Harmattan, 2004. p. 35-53.

AUTHIER-REVUZ, J. *La représentation du discours autre -principes pour une description*. [No prelo]

AUTHIER-REVUZ, J. Psychanalyse et champ linguistique de l'énonciation: parcours dans la méta-énonciation. In : ARRIVÉ, M.; NORMAND, C. *Linguistique et Psychanalyse*. Paris: In Press, 2001. p. 91-108. Coleção Explorations psychanalytiques.

BARBOSA, P.; MADUREIRA, S. *Manual de fonética acústica experimental: aplicações a dados do Português*. São Paulo: Cortez, 2015.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer*. Disponível em: <<http://www.fon.hum.uva.nl/praat>>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Inteiro teor do Acórdão AP 470*. Brasília: STF, 2012. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoPeca.asp?id=252395734&tipoApp=.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. *Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal*. Brasília: STF, 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_integral.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PEREIRA, A. E. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição do corpus discursivo. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 4. 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

PECHEUX, M. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. Tradução de Mariza Vieira da Silva; Laura A. Parrella Parisi. In: _____. *Análise de Discurso – Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011. p. 21-54.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 59-158.

_____. Análise do discurso: três épocas. Tradução de Jonas Romualdo. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 307-315.

PRINCE, A., SMOLENSKY, P. *Optimality theory: constraint interaction in generative grammar*. RuCCs Technical report 2, 1993.

STF. Brasil. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp> >. Acesso em: 12 set. 2016.

Recebido em 31/10/2016. Aceito em 29/12/2016.